

Campanha Global pela Educação

DIRECTRIZES DE ADVOCACIA DA CGE

Contexto

A Campanha Global pela Educação representa a voz da Sociedade Civil nos espaços e processos políticos educativos mundialmente. Os nossos membros defendem e fazem campanha em conjunto por uma educação gratuita, inclusiva e de qualidade, sem discriminação, promovem a aprendizagem contínua e valorizam e apoiam adequadamente a profissão do professor e as organizações de jovens, estudantes e pais.

Fundado em 1999 durante o Fórum Mundial de Educação em Dakar para fornecer uma plataforma unificada que coordena o trabalho da Sociedade Civil na educação, somos um movimento global que compreende coalizões, redes e sindicatos nacionais de educação de todo o mundo e organizações internacionais e regionais.

Coordenada por um Secretariado Global e sob a supervisão estratégica de um conselho que representa todos os grupos constituintes, a nossa missão é promover e defender a educação pública gratuita e de qualidade como um direito humano básico e mobilizar a pressão pública.

Propósito

A CGE preparou um Sistema de Advocacia para definir os princípios e abordagens sobre os quais o movimento é chamado a desenvolver as suas acções de advocacia. O Sistema de Advocacia é complementado por estas Directrizes, que visam esclarecer o papel do Secretariado Internacional e dos Membros na concretização do Plano Estratégico da CGE 2023-2027.

As Directrizes de Advocacia são um instrumento flexível que visa facilitar aos membros da CGE e ao Secretariado Internacional a adopção de planos de implementação para as suas actividades de advocacias nacionais, regionais e internacionais, alinhando-se com as prioridades e acções estratégicas principais declaradas no Plano Estratégico da CGE 2023-2027.

Principais Acções de Advocacia

As Directrizes de Advocacia sugerem acções estratégicas a serem consideradas pelos membros da CGE para definir e implementar planos de advocacia. Esta lista de acções foi sistematizada com base no trabalho actual de muitos membros da CGE.

As principais acções de advocacia são adequadas para todas as áreas prioritárias e não constituem uma enumeração exaustiva ou prescritiva, mas sim um guia a ser considerado.

Considerando a natureza do trabalho de advocacia, as acções são organizadas a nível nacional e regional/internacional, entendendo que a sua interligação é altamente desejável, para maximizar o impacto.

Nível nacional

Desenvolvimento de Competências

O crescimento e o fortalecimento da nossa capacidade colectiva de influenciar é a condição primária do nosso trabalho de advocacia. Reconhecemos que a capacidade institucional deve basear-se em princípios de boa governação, que permitem uma maior transparência e responsabilização, ao mesmo tempo que orientam o trabalho político na direcção certa.

A capacitação deve abranger secretarias, parceiros, activistas e actores sociais com quem trabalhamos, para fortalecer e reforçar conjuntamente o papel da sociedade civil organizada na definição da agenda política da educação e na mobilização para o seu cumprimento.

Networking

Sendo um movimento global e reconhecendo que os ataques e retrocessos contra a educação são muitas vezes intensos e generalizados, a CGE defende o trabalho em rede (networking) como uma estratégia política e organizacional que permite a articulação eficaz entre as partes interessadas relevantes, que deve incluir, com igualdade de género, professores, jovens/estudantes com e sem deficiência e líderes comunitários.

O trabalho em rede (networking) requer animação e facilitação activas por parte dos membros da CGE e normalmente envolve, como passo inicial, a identificação de intervenientes críticos em contextos nacionais e internacionais, incluindo activistas de outros sectores fora da educação. Então, o mapeamento dos actores sociais deverá ser um processo permanente.

Mobilização e participação

Pressionar os governos para desenvolverem políticas públicas e medidas que contribuam para a concretização do direito humano à educação é provavelmente o objectivo global do nosso trabalho de advocacia. Isto exige a constante consulta e mobilização (incluindo o protesto social) da sociedade civil e, claro, supõe uma acção política que deve responder aos planos estratégicos e aos acontecimentos oportunistas aos quais devemos reagir.

A mobilização só é possível se existirem práticas participativas entre as coalizões nacionais, para que as pessoas identifiquem-se rapidamente com os alvos das nossas reivindicações.

A participação na análise situacional e na tomada de decisões pode ser promovida através da criação de grupos de trabalho, de comités permanentes e ad hoc e de grupos de trabalho, e da criação de comités regionais capazes de avaliar e responder às particularidades territoriais.

As actividades de sensibilização e a advocacia local catalisam a expansão dos voluntários e defensores da educação, de base e nacionais. O apoio contínuo aos voluntários e membros é crucial para garantir a mobilização sustentada e a participação de diversos grupos constituintes, especialmente, defensores provenientes de comunidades marginalizadas.

Principais fóruns de discussão

Uma das formas mais eficazes de posicionar os temas de discussão é a organização de eventos públicos, liderados directamente pelos membros da CGE, como conferências, oficinas (workshops), webinários, feiras, etc.

Estes eventos proporcionam o espaço ideal para a realização de debates técnicos e políticos sobre assuntos de interesse de nossos associados e muitas vezes atraem a atenção da imprensa, da academia e de actores políticos que desejamos influenciar.

Além disto, os fóruns de discussão acolhem acções de comunicação de grande valor, como declarações políticas, convocatórias, declarações à imprensa, publicações e outras comunicações.

Pesquisa orientada para a advocacia

Embora reconheça o valor da investigação académica, a CGE prefere ligá-la à acção política e de advocacia.

A pesquisa orientada para advocacia é nossa opção, considerando sua utilidade para elaboração de relatórios, bem como para esclarecimento de questões complexas e, claro, é uma excelente contribuição para campanhas e trabalhos de comunicação.

Em qualquer caso, os membros da CGE devem reforçar as suas relações com o meio académico, especialmente com as universidades e institutos públicos, o que tem demonstrado trazer benefícios recíprocos: por um lado, permite uma acção política esclarecedora com evidências científicas actualizadas e, por outro, oferece aos académicos a possibilidade de construir efeitos práticos de seu trabalho intelectual.

Orientação técnica e coordenação

Como líderes da sociedade civil, as Coalizões Nacionais de Educação e outros membros da CGE têm a oportunidade de apoiar o trabalho das organizações comunitárias, dos funcionários públicos e, em geral, dos actores sociais interessados na promoção do direito humano à educação.

A orientação técnica dos nossos membros inclui protocolos éticos, directrizes, manuais e kits de ferramentas para apoiar a mudança de transformação.

Este material deve ser cuidadosamente mediado, escrito e concebido com técnicas pacíficas e sensíveis ao género e especialmente receptiva às particularidades dos públicos-alvo, tais como comunidades rurais, pessoas portadoras de deficiência e comunidades linguísticas.

Conscientização pública e campanha

As campanhas são actividades tradicionais na CGE, que por si só é uma campanha permanente com a qual procuramos alcançar impactos verificáveis.

O enfoque da campanha deve estar ligado às prioridades estabelecidas nos planos estratégicos e a sua duração pode variar segundo os seus objectivos específicos.

A experiência dos membros da CGE mostra o enorme valor das campanhas como um processo de advocacia delimitado pelo tempo, que também é muito apreciado como fonte de aprendizagem para futuros empreendimentos.

A Semana de Acção Global pela Educação (GAWE) é o carro-chefe da campanha da CGE, para onde todos os membros convergem todos os anos. A sua implementação simultânea em todas as regiões marca o momento de maior importância global realizado pelas organizações da sociedade civil.

Construir um relacionamento sustentado com a mídia é crucial para sustentar e ampliar o alcance de campanhas de conscientização pública.

Envolvimento activo

A advocacia da plena realização do direito humano à educação leva geralmente o trabalho a ser feito em duas maneiras: por um lado, um trabalho crítico com governos e actores estatais, para promover a concepção, implementação e acompanhamento de políticas públicas. Por outro lado, pressiona outros actores meta-estatais poderosos, que gerem/manipulam mecanismos de governação política e financeira com influência na definição das políticas públicas posteriores. Estamos a falar, por exemplo, de organizações financeiras multilaterais e, claro, de agências e organizações das Nações Unidas, entre outras.

No primeiro caso, é desejável que os membros da CGE participem no debate nacional sobre a educação, para avançar em direcção aos objectivos do ODS4 na agenda da educação e dos acordos da Cimeira da Educação Transformadora.

No segundo caso, é aconselhável exercer pressão constante sobre os organismos multilaterais e especialmente os financeiros, como os bancos multilaterais e o Fundo Monetário Internacional, para que as suas políticas e decisões sejam adoptadas no quadro internacional dos direitos humanos e, assim, cumpram os objectivos da Agenda da Educação 2030.

O “lobbying” junto aos parlamentares é particularmente relevante, não só para promover reformas legais para progredir na Agenda da Educação 2030, mas também para garantir que a legislação nacional seja aprovada conforme o direito internacional dos direitos humanos.

As Coalizões Nacionais de Educação (NEC) e outros membros da CGE que trabalham a nível nacional devem participar de audiências, reuniões, seminários, conferências, etc. relevantes, organizadas por instituições públicas, como parte da coordenação do sector da educação, com o objectivo de participar na análise da situação e influenciar a tomada de decisão. O envolvimento em processos informais, como reuniões de pequeno-almoço, visitas a escritórios e compartilhamento de informações/pesquisas, pode ajudar a formar defensores/reformadores da educação dentro do governo.

É também crucial reforçar o envolvimento com os órgãos de governação e coordenação que operam actualmente no terreno, tais como os Grupos Locais de Educação (LEG), comités intergovernamentais e outros órgãos ad hoc, bem como reforçar as relações de trabalho com outros actores fora do sector da educação, como saúde reprodutiva e direitos, justiça climática, justiça laboral, justiça fiscal, género, deficiência, etc., com os quais é possível chegar a um acordo sobre objectivos comuns.

Finalmente, é conveniente que os membros da CGE que trabalham no nível nacional também participem dos espaços de advocacia internacionais, se surgir oportunidade, tais como os grupos constituintes da sociedade civil no âmbito da Parceria Global pela Educação (GPE), especialmente quando têm a oportunidade de apresentar seus relatórios ou participar de discussões nas quais suas experiências possam beneficiar o debate.

Litígio Estratégico

O litígio estratégico não é uma actividade comum dentro do movimento. Isto requer graus de especialização jurídica que nem sempre estão disponíveis para os membros da CGE. No entanto, foi demonstrado que o litígio estratégico (baseado em casos emblemáticos que podem produzir jurisprudência vinculativa) leva os Estados a adoptar políticas públicas universalmente aplicáveis.

A associação com organizações especializadas em litígios de direitos humanos poderá ser considerada pelos membros da CGE.

Relatórios e monitoramento

Reportar é um processo fundamental nas organizações. É a actividade ideal para prestar contas do trabalho realizado e com isto, ao divulgar as conquistas e desafios, contribui também para aumentar de forma transparente a credibilidade e a confiança.

O relatório é também um meio de divulgação e advocacia, desde que as conclusões e análises sejam devidamente fundamentadas.

Todos os membros da CGE devem levar a sério os processos de elaboração de relatórios e estar conscientes dos benefícios da sua implementação.

A preparação e apresentação anual de Relatórios “Spotlight” são fundamentais para o movimento, uma vez que expressam as constatações e conclusões que os estados geralmente

se recusam a apresentar e ajudam as coalizões a identificar áreas críticas para o seu trabalho de advocacia.

A elaboração de relatórios é também uma contribuição central para os processos de monitorização, que também devem ser cuidadosamente planeados.

Cada membro deve ter um Sistema de Monitorização e Avaliação, que inclua todas as acções de advocacia. Este processo é essencial no planeamento estratégico e sempre leva ao aperfeiçoamento das acções presentes e futuras.

Níveis regionais/internacionais

Ao definir os seus planos de advocacia, tanto o Secretariado Internacional da CGE como os Membros Regionais devem considerar os princípios gerais declarados nas Directrizes e as principais acções sugeridas para o nível nacional.

Apoiar os planos de advocacia das NECs

Os membros regionais e o Secretariado Internacional da CGE desempenham um papel importante no movimento. Não só porque são responsáveis pelas suas próprias actividades, mas porque o papel de coordenação e apoio que desenvolvem é vital para manter uma articulação adequada e uma orientação politicamente responsiva na arena internacional.

Os Membros Regionais e o Secretariado da CGE não são entidades isoladas, pelo contrário, são nutridos pelo trabalho realizado a nível nacional.

Isto significa que uma responsabilidade central da advocacia é apoiar e melhorar o trabalho das NECs - Coalizões Nacionais de Educação, para poder ser construída uma interacção entre os níveis nacional e regional, na qual se beneficiem mutuamente da aprendizagem e das práticas compartilhadas. Este trabalho de coordenação e apoio é urgente e inevitável e deve ser apoiado pela Directoria da CGE.

Envolvendo-se em espaços internacionais de advocacia

Desde a sua fundação, a CGE tem sido um participante fundamental nos debates internacionais sobre educação. Este envolvimento não é acidental, mas deve-se ao peso político do movimento, como a maior rede da sociedade civil que trabalha pelo direito humano à educação.

Os espaços internacionais de governação e discussão em que a CGE participa incluem, entre outros, a Parceria Global pela Educação (GPE), o Fórum Político de Alto Nível da UNGA e as suas estruturas de consulta e participação, bem como o Conselho de Direitos Humanos da ONU, Órgãos de Tratados e Procedimentos Especiais, a UNESCO e os seus órgãos de monitoramento da Agenda da Educação do ODS4, a UNICEF, a Comissão sobre o Estatuto da Mulher, os órgãos de direitos humanos da União Africana, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entre outros.

O Secretariado da CGE e os Membros Regionais devem facilitar e apoiar o envolvimento dos seus membros nas suas actividades, bem como promover que estes fóruns sejam utilizados para a divulgação do trabalho realizado nos contextos nacionais e, ao mesmo tempo que as Coalizões Nacionais de Educação beneficiam do âmbito destes fóruns.

Participação em conferências internacionais

As conferências internacionais são oportunidades para discutir e partilhar actualizações temáticas de interesse para o movimento, por isto devemos promover as nossas posições e recomendações políticas como forma de ligar os nossos membros e assumir uma posição visível nas nossas áreas estratégicas.

Na preparação para a participação nestas conferências, os secretariados da CGE e dos Membros Regionais devem recolher e sistematizar as visões do movimento, para que uma voz coordenada seja expressa. Os resultados ou conclusões das conferências devem ser sempre partilhados com os membros. Protocolos e mecanismos de participação e representação nos órgãos de política educativa devem ser acordados e implementados.

Sempre que possível, será procurada a participação directa e representativa dos grupos constituintes da CGE.

Participação em Fóruns e Networks da Sociedade Civil

Existem vários fóruns e redes (networks) liderados pela sociedade civil onde participam os Membros Regionais da CGE e o Secretariado Internacional. A CGE está pronta para contribuir e participar em acções críticas nestes espaços, que são frequentemente abertos à participação dos nossos membros.

Considerando a grande variedade de abordagens destes fóruns e redes (professores, jovens, deficiência, género, justiça fiscal, financiamento), os Membros Regionais e o Secretariado devem encorajar a participação conjunta dos representantes da Coalizão Nacional de Educação e considerar o envolvimento de “campeões temáticos” dentro do movimento.

Fortalecimento da Voz de Advocacia do Movimento CGE em questões temáticas de enfoque

O Plano Estratégico da CGE oferece o contexto ideal para implementar acções de advocacia globais destinadas à mudança transformacional e para aumentar o nosso impacto.

O Observatório do Financiamento da Educação é uma destas iniciativas, que depende inteiramente do envolvimento directo das Coalizões Nacionais de Educação para o seu sucesso.

Este é um caso paradigmático da necessidade de um trabalho próximo e coordenado no nível nacional, regional e internacional.

Os membros nacionais da CGE que participam do Observatório devem incluir esta iniciativa nas suas propostas de financiamento, enquanto o Secretariado Internacional da CGE possui a estrutura técnica necessária para a implementar.

A implementação da Estratégia de Género da CGE é outro caso em que a acção deve ser realizada a nível nacional, com o apoio de estruturas regionais e internacionais, uma vez que as transformações sociais, culturais e políticas devem ocorrer com maior urgência no contexto comunitário.

Para avançar nestas áreas, todos os membros da CGE devem chegar a acordos políticos e operacionais o mais rapidamente possível.

Iniciativas de Desenvolvimento de Competências

Os Membros Regionais da CGE e o Secretariado Internacional são chamados a promover e desenvolver actividades e ferramentas de formação para os nossos membros, com o objectivo de desenvolver competências técnicas e actualizar conhecimentos sobre os direitos humanos, em geral, e o direito à educação, em particular.

A organização destas actividades (iniciação e especialização) deverá ser permanente. Os cursos, manuais, kits de ferramentas, etc., devem ter um enfoque adequado ao público a que se destinam e facilitar o intercâmbio intergeracional, inter-étnico e internacional, oferecendo o necessário equilíbrio de género entre os participantes.

Aproveitar o conhecimento existente, aprendendo com diversas práticas de diferentes regiões e colectivamente compreendo e elaborando estratégias sobre a educação e o desenvolvimento são a abordagem da CGE no desenvolvimento de competências, ao invés de um sistema “bancário” ou generalizado (cima para baixo)/prescritivo.